

CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ABELHEIRA

## TOMADA DE POSIÇÃO CONJUNTA

### EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Num mundo em mudança acelerada, a sociedade tem vindo a impor à Escola Pública cada vez mais atribuições e responsabilidades. E esta não se tem furtado a corresponder ao que o Estado, as organizações sociais e as famílias esperam dela, muitas vezes com poucos meios para o fazer, muitas vezes assumindo os fracassos aos quais é alheia, muitas vezes sujeita a críticas injustas, por vezes acumuladas por mais do que uma geração, e tantas vezes fruto da instrumentalização da opinião pública.

Com cada vez mais exigências e menos retorno, a Escola Pública portuguesa encontra-se hoje em grave convulsão, com protestos generalizados, por parte dos seus trabalhadores que não se veem reconhecidos, acompanhados e respeitados. A lista de queixas que já não é nova, é extensa e extensiva a todos os profissionais que nela trabalham: sistema de colocação de professores em áreas geográficas distanciadas da sua área de residência, frequentemente a dezenas e até centenas de quilómetros; precarização dos vínculos de trabalho com contratos de curta duração e grande instabilidade durante largos anos, que retira aos trabalhadores direitos sociais em caso de doença ou desemprego; desigualdade no acesso e na progressão das carreiras, geradoras de constantes, flagrantes e graves injustiças entre os profissionais; desgaste por excesso de trabalho que transcende, e muito, o regulamentado, num regime que valoriza a “papelocracia” em detrimento do essencial; falta de condições de trabalho efetivas, com edifícios degradados, equipamentos obsoletos, infraestruturas de apoio ao processo educativo deficitárias, escassez de recursos humanos para fazer face às necessidades; orientações e deliberações políticas dogmáticas, concertadas com uma engenharia de sucesso, instituindo o facilitismo, com vista a melhorar as estatísticas dos resultados.

Este clima de insatisfação tem gerado, desde há muito, mas em especial no presente ano letivo, protestos com ações mais ou menos criativas, que se têm vindo a acentuar e difundir um pouco por todo o país. De entre elas, os seus profissionais não têm abdicado de recorrer ao legítimo direito à greve, ainda que com os consequentes efeitos penalizadores para alunos e suas famílias.

Apesar da inequívoca união de todos os profissionais da Escola Pública na manifestação da sua insatisfação, indignação e rejeição face às sucessivas posições do Ministério que os tutela, não se vislumbra abertura e cedência que indicie aproximação significativa das partes.

Perante este quadro inquietante e grave, que não diz apenas respeito aos seus profissionais, mas a todos os cidadãos atentos e críticos, os signatários desta tomada de posição

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Ana Luísa', 'G.M.', 'N.D.P.', 'Carla Foneira', and 'Maur'.

declaram-se solidários com os profissionais de educação e manifestam-se profundamente preocupados com:

- A continuidade das greves e das suas consequências a curto e longo prazo, na educação dos alunos, já de si afetados pelos efeitos da pandemia;

- A aparente estratégia de tentativa de resolução do problema, pelo cansaço e exaustão dos profissionais, ignorando os efeitos irreparáveis que esta litigância, com professores desmotivados e anemicamente desgastados, muitos deles desprovidos de condições de vida digna, poderá causar no quotidiano das escolas e na qualidade do serviço prestado, com consequências sociais impossíveis de determinar;

- A falta de atrativos profissionais, que demove os mais jovens a quererem abraçar, ou permanecer na carreira, impedindo a tão desejada renovação geracional da classe, hoje tão envelhecida. Os efeitos desta situação têm-se vindo a agravar nos últimos anos, com escolas sem professores e milhares de alunos sem aulas, numa tendência crescente, face à iminente aposentação de mais de metade do corpo docente efetivo, até 2030;

Já não é possível perder mais tempo! As consequências sociais do estado a que chegou a Educação em Portugal não podem continuar a ser subestimadas de forma tão leviana. Muito mal vai um país que despreza a educação dos seus filhos porque, um país assim, entrou em declínio.

Espera-se que todos estejam à altura dessa responsabilidade.

ESTA TOMADA DE POSIÇÃO FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO DE CONSELHO GERAL, NO DIA 23 DE MARÇO DE 2023, TENDO-SE DELIBERADO, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, TORNÁ-LA PÚBLICA E ENVIÁ-LA AOS GABINETES DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, DO SR. PRIMEIRO-MINISTRO, DOS GRUPOS PARLAMENTARES DOS PARTIDOS COM ASSENTO PARLAMENTAR E DO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO.

A Presidente do Conselho Geral:

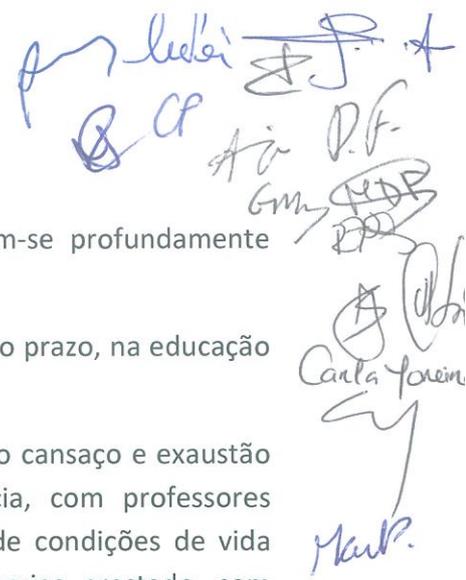
  
Maria Helena Viana Lopes Guerreiro

O Diretor do Agrupamento:

  
José Carlos Pires de Lima

  
Artur João Barros Marinho

  
Carla Cristina Azevedo Moreira



Carla Sofia Gonçalves Pontes

Carla Sofia Gonçalves Pontes

Carlos Eduardo de Faria Viana

Carlos Eduardo de Faria Viana

Gonçalo Maia Marques

Gonçalo Maia Marques

Jacinta Helena S. C. Sá

Jacinta Helena S. C. Sá

Jorge Duarte Sottomaior Braga Baptista

Jorge Duarte Sottomaior Braga Baptista

Maria Deolinda Martins Ferreira Torres

Maria Deolinda Martins Ferreira Torres

Maria Manuela Pinto Novo Meira

Maria Manuela Pinto Novo Meira

Maria de Fátima Amorim Pereira

Maria de Fátima Amorim Pereira

Marta Pontes

Marta Pontes

Nícia Rodrigues

Nícia Rodrigues

Paula Cristina Afonso Baía

Paula Cristina Afonso Baía

Paula Cristina Ferreira Dias Fernandes

Paula Cristina Ferreira Dias Fernandes

Pedro Miguel Ferreira de Araújo

Pedro Miguel Ferreira de Araújo

Rosa da Conceição de Abreu Parente da Cruz Malheiro

Rosa da Conceição de Abreu Parente da Cruz Malheiro